***16/12 – DPC0322 – PROVA SUBSTITUTIVA - REALIZAÇÃO SOMENTE DE FORMA REMOTA, PELO MOODLE***

**1. Há ação de cobrança em curso, com vistas à condenação ao pagamento de valores por força de contrato de empréstimo inadimplido. Diante de desdobramentos ocorridos na fase instrutória, ao identificar que a dívida havia sido revertida em benefício familiar, a parte autora requereu a inclusão da esposa do réu no polo passivo da demanda, o que foi deferido pelo juízo. O réu, então, interpôs agravo contra a decisão, alegando não estarem preenchidos os requisitos para a pretendida ampliação subjetiva do polo passivo. Analise esse recurso à luz do preenchimento dos pressupostos processuais intrínsecos. (2,5)**

Resposta: ...

**2. A parte autora, vitoriosa em um processo, pretendeu o levantamento de valores depositados pelo réu, requerimento esse que foi indeferido de forma equivocada pelo juízo. Houve, então, interposição de recurso, por meio do qual a autora pretendeu o levantamento dos valores indevidamente retidos. Mas, no interregno entre a interposição e o julgamento do recurso, sobreveio penhora no rosto dos autos do processo da autora, por dívida que esta tem com um terceiro. Qual(is) a(s) possível(is) consequência(s) dessa penhora no rosto dos autos à apreciação do recurso interposto pela parte autora? (2,5)**

Resposta: ...

**3. A parte executada, no curso de uma execução de título extrajudicial e após decurso do prazo para apresentar embargos à execução, identifica que o feito está amparado em documento particular não assinado por duas testemunhas. Trata-se de matéria atinente às condições da ação ou ao mérito? A falta desse requisito pode ser suscitada em petição simples na execução? (2,5).**

Resposta: ...

**4. A parte autora é vitoriosa em ação de obrigação de fazer, a fim de que a parte ré fosse compelida à construção de um muro nas imediações de sua residência. Após o trânsito em julgado, no âmbito de cumprimento definitivo, a parte autora, na condição de exequente e em vez de exigir o cumprimento específico da obrigação para a construção do muro, opta por contratar uma construtora de sua confiança na elaboração do muro, pedindo que a parte executada pague o equivalente financeiro. É cabível a conversão em perdas e danos nos moldes pretendidos pela exequente, mesmo sem prévio descumprimento, pela executada, da tutela específica fixada pelo juízo? (2,5)**

Resposta: ...